



## GT 041. Islã e suas interfaces no Brasil e no mundo

Francirossy Campos Barbosa (USP) - Coordenador/a, Sonia Cristina Hamid (Instituto Federal de Brasília) - Coordenador/a, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a

O islã é uma das religiões que mais cresce no mundo, tendo, inclusive, forte presença em países ocidentais. Apesar disso, ele segue sendo ideologicamente construído de modo orientalista, visto como uma religião exótica e retrógrada, além de uma ameaça a um suposto ordenamento secular ocidental. De modo a superar uma visão essencialista e homogênea do islã e de seus praticantes, buscamos o diálogo com pesquisadores que vêm se dedicando a investigações sobre esta religião em suas variadas intersecções com questões nacionais, econômicas, étnicas, raciais, geracionais, de classe, de gênero e/ou de instrução. Da mesma forma, buscamos abordagens que mostrem as relações entre fenômenos globais e locais e que apontem, por exemplo, de que modo eventos políticos que ocorreram ou vêm ocorrendo em países com populações de maioria muçulmana – primavera árabe; radicalização de grupos religiosos; guerras civis em países como a Síria; deslocamentos populacionais – influenciam as percepções e as vidas de homens e mulheres muçulmanos de diferentes maneiras, globalmente. Aceitamos tanto propostas que abordem estas questões a partir de perspectivas exclusivamente teóricas, quanto aquelas que apresentem pesquisas empíricas.

### **Uma religião de estrangeiros e alheia à cultura nacional?: discursos e ações contra o Islam em Angola**

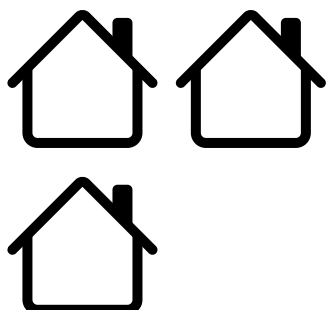
**Autoria:** Heloisa Maria Paes de Souza

Desde suas origens o Estado angolano procura manter o controle das religiões no espaço público através de um modelo de gestão intervencionista caracterizado, atualmente, pela Lei sobre Exercício da Liberdade de Consciência, de Culto e Religião, de 2004, que estabelece os requisitos necessários para que as mesmas sejam reconhecidas legalmente e, portanto, com capacidade para atuar em favor do bem-estar de seus membros. Nos últimos anos todas as tentativas de reconhecimento jurídico empreendidas por organizações islâmicas têm sido negadas, chegando ao ponto de, no último semestre de 2013, o governo angolano interditar e/ou destruir espaços de culto (mesquitas e centros islâmicos) em diversas províncias, o que levou a mídia internacional a propagar que Angola teria banido o Islam de suas fronteiras. Alegando que a religião muçulmana é praticada por estrangeiros (muitos dos quais em situação ilegal), submete as mulheres à condição de submissão/opressão e que é uma crença estranha à cultura nacional, líderes religiosos e governamentais têm se expressado contra o Islam na mídia local, reproduzindo discursos islamofóbicos. O presente artigo, fruto de pesquisa de campo e bibliográfica, objetiva, a partir de um breve histórico do Islam em Angola, discutir as tensas relações da comunidade muçulmana local na luta pelo reconhecimento jurídico e apresentar os discursos e ações contrários à presença islâmica no país, destacando os efeitos sobre um grupo especial de mulheres – as muçulmanas angolanas revertidas.

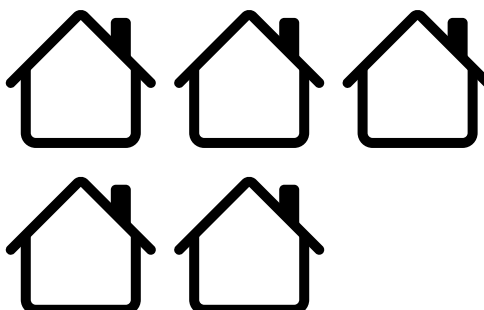
[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

